

## A SOCIOLOGIA NO TEMPO: MEMÓRIA, IMAGINAÇÃO E UTOPIA

Fazer a resenha de um livro sobre os caminhos históricos da sociologia brasileira é uma boa oportunidade para refletir um pouco acerca de peculiaridades da construção da ciência social neste país.

O livro organizado por César Barreira, *A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*, nos mostra a história, os debates, as dúvidas, os aspectos relevantes e as perplexidades da sociologia no Brasil, e nos oferece um panorama de seu desenvolvimento enquanto ciência, enquanto conjunto de instituições e enquanto trabalho coletivo múltiplo, incentivado há 53 anos, pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

Pessoalmente, tenho participado de vários congressos desta Sociedade. Em setembro de 2003, fiz parte do XI Congresso da SBS em Campinas-São Paulo, ocasião em que me foi possível constatar a sua vitalidade, a importância e diversidade dos trabalhos apresentados, a pertinência das temáticas tratadas, e o acúmulo de pensamento analítico e crítico no Brasil contemporâneo.

O livro resenhado contém duas partes: a primeira recupera a “memória” de diferentes momentos do pensar sociológico brasileiro na SBS. Inclui participações e palestras de presidentes e dirigentes da Associação, nos congressos de 1954 (I), de 1962 (II), e naqueles ocorridos depois de 1985, até o penúltimo, o X Congresso, no ano 2001. A segunda parte do livro constitui-se de contribuições de destacados sociólogos, apresentadas no próprio X Congresso, realizado na cidade de Fortaleza, em 2001.

O texto deixa ver a evolução do “estado da arte” da sociologia, em diversos tempos do Brasil,

ORGANIZADO POR CESAR BARREIRA  
*A SOCIOLOGIA NO TEMPO: memória, imaginação e utopia.*  
São Paulo: Cortez, 2003. 237 páginas.

POR LUCIO FERNANDO OLIVER COSTILLA\*.

\* Doutor em Sociologia. Professor Titular da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e Professor Visitante do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

através da avaliação da disciplina, por parte de professores brilhantes como Fernando de Azevedo, Florestan Fernandez, Gabriel Cohn, Vilma Figueiredo, Elisa Reis e o próprio César Barreira.

Nessas avaliações, resalto a comparação entre o pensamento social de duas épocas do Brasil: os anos cinquenta e sessenta do século passado, por um lado, e os momentos atuais, por outro. O contraste não poderia ser mais chocante: estamos perante dois modos de pensar que não parecem ter nada em comum, com exceção de sua busca de compromisso e rigor na apreciação dos fatos da realidade, e de sublinhar o valor do método no raciocínio sociológico.

Foi a partir dos anos trinta do século XX que apareceram no Brasil, como no Peru, no México e na Argentina, as primeiras tentativas de naturalizar a sociologia como ciência da sociedade, com suas exigências teóricas, metodológicas e analíticas. Tarefa esta que era vista como integrante do processo de modernização da América Latina, no qual o avanço da ciência fazia parte de um “desenvolvimento civilizatório”, baseado na expansão da industrialização, no avanço da urbanização, nas conquistas na socialização educacional e política, e no predomínio de políticas de inclusão universal. Tratava-se, segundo o pensar da época, de um processo de implantação da razão no mundo latino-americano.

Hoje, podemos perceber, claramente que, na esfera cultural, dos anos trinta aos sessenta do século XX, existia uma forte confiança no progresso e na evolução positiva do mundo, inclusive na perspectiva do pensamento crítico. A sociologia se apresentava como uma força cultural que con-

tribuiria fortemente para a evolução construtiva do mundo. O apelo aos futuros sociólogos, por parte de professores como Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, era encaminhado no sentido de que procurassem cumprir plenamente com as novas regras da análise, baseadas no rigor científico, e de que atentassem para a especificidade latino-americana, diferenciada e múltipla, dentro dos cânones universais; que olhassem os diferentes aspectos da dinâmica particular do Brasil, sem menosprezar nenhum deles. Os mestres chamavam a estudar, a fundo, as contradições específicas que iam surgindo, e que empurravam o “desenvolvimento civilizatório”. Tudo isso, considerando a possibilidade de contribuir com a pesquisa e o ensino naquele mundo novo, visto no horizonte da modernização e da futura universalização da América Latina. Nesse caminho houve grandes logros, que resistiram ao pragmatismo conservador e destruidor da cultura crítica que foram os anos obscuros da ditadura militar.

A sociologia do Brasil reapareceu depois de 1985 no cenário social e conseguiu retomar a trilha com mais ímpeto. Nos 21 anos de governo militar, com a sociologia aconteceu o mesmo que com a democracia: a dificuldade para fazer sociologia nos espaços públicos fez com que o aprofundamento sociológico acontecesse nos espaços privados e na solidão dos gabinetes da academia, tanto no país como no exílio; nos desenvolvimentos dos programas de pós-graduação das universidades; nos debates das comunidades dos grupos de estudo e em “círculos de base” de bairros. Novos questionamentos sociológicos foram levando ao reconhecimento do valor da sociedade civil; da democracia no mundo público e no privado; da diversidade, da interdisciplinaridade, dos novos temas particulares de pesquisa e reflexão sociológica (o gênero, as reivindicações de diversas faixas etárias, os problemas das individualidades, etc.), antes considerados “menores”, e criaram um ambiente de orgulho institucional e curiosidade científica que alimentou o crescimento e o vigor das ciências sociais e da sociolo-

gia brasileira, nas duas décadas finais do século XX. Gabriel Cohn, Vilma Figueiredo e Elisa Reis fazem um registro pontual dos ganhos da sociologia dos anos oitenta.

Com a contribuição de César Barreira ao X Congresso da SBS, se abre a segunda parte do livro. Esta apresenta o contraste entre o nosso presente – teórico e real – e o mundo do século anterior. Barreira convoca a estabelecer um vínculo entre esse passado e o presente, quando diz que “a sociologia contemporânea reflete as mudanças e transformações que percorreram o século XX, expressando também os débitos de uma inconclusa cidadania” (p. 99).

As contribuições dessa segunda parte do livro são uma crítica implícita das anteriores certezas racionais e do mundo pretensamente moderno que se esperava construir na metade do século anterior. Todavia, contém também múltiplos inquéritos, feitos à época atual, por Octavio Ianni, Gabriel Cohn, Heleieth Iara Saffioti, Roberto Briceño-León, José Vicente Tavares dos Santos e Bárbara Freitag. Assim, o real atual, o “novo ciclo da revolução burguesa”, segundo Octavio Ianni, leva a acreditar na necessidade duma ruptura histórica e epistemológica, que abale profundamente os “quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, em todo o mundo” (p. 116). Para Ianni, trata-se do desejável ingresso das Ciências Sociais em “um novo ciclo de controvérsia e criação” (p. 117), numa sociedade mundial (por ele definida pelo globalismo e pela sociedade civil mundial), que é nova e original, tanto histórica como teoricamente. Gabriel Cohn situa a problemática atual como aquela que resulta de “quando a questão deixa de ser como expandir o sistema pela incorporação de novas formas organizadas de ação e passa a ser a de quais os atores que não têm mais papel a desempenhar e poderão ser deixados de lado” (p. 134). Isto é, a sociologia hoje está numa época de mutação: tem que pensar multilinearmente: se entusiasmar com a mundialização, com a revolução científica técnica e se perguntar por que esse desenvolvimento vem

junto com correlatos processos de exclusão social – e não já de inclusão – de indiferença social – e não de solidariedade.

Estes processos contraditórios, erráticos, mas inexoráveis, da bárbara mundialização em curso, são apontados para serem estudados, nas suas manifestações complexas, no Brasil e na América Latina, pelos mencionados autores da segunda parte do livro, os quais perguntam quem se beneficia e quem perde com a globalização, e reclamam da sociologia de hoje, considerando que deveria ser uma sociologia da conflitualidade,

uma nova racionalidade crítica que parta da dúvida metódica, do questionamento dos objetos, métodos e hipóteses do trabalho científico, da utilização da informática, do rigor da pesquisa e da responsabilidade social inelutável com a democracia e a cidadania. Só assim a sociologia do século XXI poderá enfrentar a barbárie instalada na vida social e na civilização, ainda radicalmente moderna, cuja característica básica é a deterioração da vida social e a indiferença dominante das minorias incluídas perante a crescente exclusão das maiorias.